

## O Desenvolvimento Econômico Local – Zona Franca de Manaus 50 Anos

Nilson Pimentel (\*)

03/03/2017

A sociedade que habita o estado do Amazonas tem que se regozijar com meio século de seu único projeto de desenvolvimento econômico regional local – a ZONA FRANCA DE MANAUS (ZFM), atualmente, traduzido nas atividades econômicas do POLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PIM).

Há muito que se afirmar sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional dos Governos Militares, as quais sob o manto da integração regional geopolítica possibilitou que se instalasse na região central da Amazônia Brasileira um enclave econômico que se sustentasse em três grandes pilares – a agricultura (setor primário), a indústria (setor secundário) e o comércio e serviços (setor terciário) e assim pudesse espraiar o desenvolvimento econômico para toda a Amazônia.

Outro fator importante a ser observado por todos os *stakeholders* é o embasamento que o projeto ZFM trazia em si, os Incentivos Fiscais e Extra-Fiscais.

E assim se fez a implementação desse grande projeto que resgatou a economia do Amazonas do estado de estagnação econômica que se encontrava após o deblaquê do Ciclo da Borracha.

Decorridos meio século de sua implementação, nos quais embotou a mentalidade dos governantes do Amazonas, tanto por sua grandiosidade quanto por seus significativos resultados auferidos, para os governos federal e estadual, nesse intervalo de tempo, sem que nada mais se ousasse em termos de comprometimento com o futuro dessa imensa e rica região, objetivando o desenvolvimento econômico regional, tanto que o *hinterland* amazonense (61 municípios) encontra-se em total abandono e em estagnação econômica.

Quando em discussões com pesquisadores de projetos de desenvolvimento econômico, com algumas exceções, grande parte tem posição que para uma satisfatória análise econômica de um projeto de desenvolvimento dessa envergadura, somente após os 50 anos de sua implementação os parâmetros socioeconômicos tendem a ficar bem delineados por metodologia científica específica, com abordagens às análises de sua sedimentação, de suas análises matriciais, de agregação em cadeias produtivas, de suas cadeias de valor e de suas aderências às economias tradicionais da região na qual está instalado.

Aqui se deixa as discussões políticas do projeto ZFM, no trato de sua perenidade, de defesa de sua base tributária-fiscal e de sua importância política para o Amazonas, para os gestores públicos e políticos partidários como de obrigação de ofício, pois foram eleitos e ganham para defender os interesses do Amazonas e de sua população.

Para os pesquisadores e especialistas que discutem o tema – ZFM e PIM - no Clube de Economia da Amazônia (CEA), o que não se pode mais permitir que os interesses políticos se sobreponham aos objetivos da sociedade amazonense, pois essa ocorrência tem provocado relativa importância na medida de seus interesses e valorados subjetivamente pelos tomadores de decisão, prejudicando, sobremaneira, as necessidades que o Amazonas tem como interesses econômicos em espraiar seus resultados aos demais municípios amazonenses e, não somente, na capital-estado Manaus.

Ainda falta muito para o Amazonas e o Brasil conhecer intrinsecamente o projeto ZFM e seu Polo Industrial de Manaus como quinhão de importância a preservação, manutenção dos serviços ambientais decorrentes do bioma amazônico, a ocupação dessa imensa região com uma totalidade incalculável de biodiversidade brasileira a qual encerra incalculável riqueza a ser explorada na racionalidade econômica, como potenciais recursos aos programas e projetos de desenvolvimento econômico regional, sem as dependências internas e externas.

Nós amazonenses e amazônidas também têm o direito ao bem estar, a melhoria da qualidade de vida e a equidade social dessa riqueza.

Somente para observação inicial do tema, se tem dois tipos de abordagens:

a) sendo que a primeira corresponde à hierarquização na ordem cardinal do valor social desse grande projeto para o Amazonas;

b) a segunda se tem a relação com seu grau de alcance das metas e resultados a serem avaliadas por indicadores econômicos, com base na metodologia científica estabelecida para tal, para o Amazonas e sua intrínseca valoração espacial e temporal.

Também, não se pode descartar como indicadores as questões relacionadas à formação bruta de capital fixo no Amazonas decorrentes da ZFM e suas variantes decorrentes de impacto na sociedade e na economia estadual, diretamente.

Para os pesquisadores do CEA, essa avaliação tecno econômica científica objetiva demonstrar de forma consistente o princípio da eficiência socioeconômica de alocação de recursos e que se busque estabelecer uma relação entre a eficiência econômica e a social ou, esclarecendo, entre a viabilidade econômica e a social de relevância, coerente com teoria de preferência e seus axiomas de transitividade e indiferença da Política Econômica da alocação.

Sempre se procura discutir a avaliação econômica ex ante e ex post, indicando os conflitos teóricos e de política entre o princípio de eficiência econômica e social.

Portanto, o que os pesquisadores do CEA tendem a demonstrar são avaliações ex ante de viabilidade econômica que analisem a alocação eficiente dos recursos, sob os enfoques privado e econômico, condicionadas à eficiência tecnológica, a eficiência alocativa e de escala, sob o princípio da eficiência econômica e que possam utilizar indicadores quantificáveis cardinalmente com usos alternativos, como por exemplo, em projetos de base endógena.

Nesta visão estratégica os especialistas são categóricos em afirmar que se deve atentar para readequação desse modelo de projeto ZFM, para uma arquitetura organizacional institucional de outro formato, que permita que a Instituição de gestão do modelo executar um Planejamento Econômico Estratégico de longo prazo, que abranja a Amazônia Ocidental no sentido de processos de desenvolvimento econômico regional, no que tange a eficiência alocativa dos recursos gerados pelo modelo, principalmente de recursos de P&D, pois somente com base no desenvolvimento científico tecnológico inovativo se poderá levar o modelo à Indústria 4.0 que já vigora no mundo econômico tecnológico atual e na atração de novos investimentos de plantas fabris desse segmento, saindo do fluxo de commodities eletroeletrônicas e afins, que vigorou até esse quartil do século XXI.

É esse o maior desafio desse modelo!

Contudo, a análise da eficiência social e dos métodos para fundamentar a viabilidade social ou relevância ex ante e, relevância social ex post, são respectivamente, do campo dedutivo da Ciência Econômica e o campo técnico da governança da gestão pública, existente: Governo Estadual e Municipal e da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

Por outro lado, ao se querer tornar perene a possibilidade desse projeto de desenvolvimento regional sustentável, se terá que caracterizá-lo como um processo de mudanças constantes, no qual se compatibilize a exploração de recursos de produção (independente de origem), o gerenciamento de investimentos tecnológicos e as mudanças institucionais com o presente e o futuro da região.

Pois, para aqueles pesquisadores o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, sustentado por políticas públicas orientadas por planejamento econômico estratégico de médio e longo prazo.

Para tanto, de modo esclarecedor, o economista Ignacy Sachs dispõem:

“Sustentabilidade social – refere-se ao desenvolvimento que tem por objetivos a melhoria da qualidade de vida da população, não perdendo de vista a questão do bem estar social”.

Para o caso de regiões com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento as questões como saúde, educação, habitação e segurança social.

“Sustentabilidade política – refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento”.

“Sustentabilidade econômica – refere-se a uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica na avaliação da eficiência por processos macrosociais.”

**(\*) Economista, Engenheiro, Administrador de Empresas, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.**